



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Ata da 9ª Reunião de 2021 do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGOV TIC)

1. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO

Data: 21/09/2021

Hora: 16h

Local: sala de videoconferência da SETIC

Tipo de reunião: Ordinária

2. PARTICIPANTES

Nome	Cargo / Lotação
Magda Aparecida Kersul de Brito	Desembargadora do Trabalho
Heloísa Menegaz Loyola	Juíza Auxiliar da Presidência
Jorge Batalha Leite	Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa
Edilson Soares de Lima	Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Judicial
Marcelo Donizeti Barbosa	Juiz Auxiliar da Corregedoria
Moisés dos Santos Heitor	Juiz Titular de Vara do Trabalho
Oswaldo José Costa da Silva Leme	Secretaria Geral da Presidência (SGP)
Maria Inês Ebert Gatti	Secretaria da Vice-Presidência Administrativa
Eliana Maria Damaceno Velkis	Secretaria da Corregedoria Regional
Renata Aparecida Cursino Pires	Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira (SCOF)
Aquiles Jose Malvezzi	Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações (SPACL)
Marcio Vinícius Gimenes Milan	Secretaria de Gestão Estratégica e Projetos (SGEP)
Sandra Keiko Takasaki Onmori	Coordenadoria de Planejamento e Gestão de Pessoas (CPGP)
Marcio Nisi Gonçalves	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC)
Alexandre Gomes Barriento	Coordenadoria de Apoio aos Serviços de TIC (CASTIC)
Cláudia Sant'Anna Pinheiro	Coordenadoria de Segurança de TIC (CSTIC)
Cristiano Munerati	Coordenadoria de Infraestrutura de TIC (CITIC)
Hudson Lincoln Gomes dos Santos	Coordenadoria de Sistemas de TIC (CSISTIC)
Ricardo Alex Serra Viana	Coordenadoria de Apoio ao Planejamento e à Governança de TIC (CAPGTIC)
Almir Storck Nunes	Coordenadoria de Apoio ao Planejamento e à Governança de TIC (CAPGTIC)
Leonardo Luis Soares	Seção de Gestão de Riscos e Continuidade (SGRC)
Rogério Machado de Almeida	Seção de Compliance de TIC (SCTIC)
Sarah Soares de Oliveira e Sousa	Seção de Sustentação das Estratégias de TIC (SSETIC)

3. DELIBERAÇÕES

Ausentes, justificadamente:

- Rômulo Borges Araújo.

1. Questionário iGovTIC-Jud 2021

A SETIC apresentou ao Comitê a necessidade de deliberar sobre o formulário para diagnóstico anual do Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD 2021), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O formulário já foi preenchido com sugestão de respostas pelas áreas responsáveis, que serão



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

apresentadas ao Comitê para validação.

O Comitê foi informado de que a área de TIC recebe anualmente o questionário do iGovTIC-Jud, sendo que o formato e as perguntas foram os mesmos durante o ciclo estratégico que findou em 2020. A partir de 2021 se inicia um novo ciclo estratégico que se estenderá até 2026, o que trouxe um questionário diferente do anterior com novas perguntas e um novo formato mais objetivo de respostas, tornando o preenchimento mais direto. A SETIC explicou que por este motivo não é possível no momento apresentar um histórico das respostas anteriormente fornecidas. O Comitê foi informado de que a SETIC coordenou o levantamento das sugestões de respostas para o questionário 2021 tanto na área de TIC quanto em outras áreas do tribunal, e que o prazo para resposta ao CNJ é 23/09 com prazo de correção até 27/09. A reunião seguiu com a análise das respostas pelo Comitê.

Seção 1 - iGovTIC-Jud 2021

Domínio: Governança e Gestão de TIC / Estruturas Organizacionais e Macroprocessos

Pergunta 01: Sugestão de respostas validadas pelo Comitê.

Pergunta 02: Sugestão de respostas validadas pelo Comitê sobre o Processo de Planejamento Orçamentário de TIC e sobre o Processo de Gerenciamento de Projetos de TIC.

Pergunta 02: O Comitê solicitou a alteração de todas as respostas para “Sim” sobre o Processo de Gerenciamento de Contratos de TIC. Após ampla discussão, o Comitê deliberou que base para a resposta é o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Institucional, utilizado também pela SETIC. Houve consenso de que há um documento institucional que norteia o gerenciamento de contratos de maneira geral na instituição, incluindo aqueles de TIC. A revisão, bianual, estabelecida em norma interna, foi considerada oportuna pelo Comitê, que entende que a periodicidade é adequada em relação à magnitude do tribunal. Diante da necessidade de revisão do manual ainda em 2021, houve o entendimento de que item do questionário seria atendido.

Domínio: Governança e Gestão de TIC / Políticas e Planejamento

Perguntas 03, 04, 05, 06, 07: Sugestão de respostas validadas pelo Comitê. Foi destacado pela SETIC que o questionário cita alguns planos que possuem prazo para cumprimento após 2021, mas como o questionário é único e será repetido ao longo do ciclo 2021-2026, as perguntas relacionadas a estes planos já foram incluídas pelo CNJ.

Sobre a pergunta 07, o Comitê foi informado de que está sendo iniciado um trabalho de levantamento para definir como operacionalizar a réplica dos artefatos do plano de contratação vigente também no repositório nacional junto à SPACL.

Domínio: Governança e Gestão de TIC / Transformação Digital

Pergunta 08: Sugestão de respostas validadas pelo Comitê. Ainda não há Plano de Transformação Digital.

Pergunta 09: O Comitê deliberou que pela alteração das respostas para: Sim, Não, Sim.

Pergunta 10: Foi informado ao Comitê que, em consulta à Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental houve a informação da existência da carta de serviços ao cidadão disponibilizada no Portal do Tribunal e de que o nível de atendimento é de 95-100% .



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Pergunta 11: O CGOVTIC foi informado de que foi feita recentemente pelo Tribunal uma adesão ao acordo entre o CNJ e CSJT referente a este assunto . Apesar do acordo definir o CSJT como o responsável pela condução dos trabalhos, ainda há uma determinação de que cada tribunal tenha o seu comitê instituído para tratar do assunto internamente. Foi sugerido que algum comitê já instituído no tribunal se ocupe do tema também, sem necessidade de instituir comitê exclusivo.

Após discussão, o CGovTIC decidiu por manter a resposta como “Não existem ações para instituir o Comitê”. “Não” como resposta ao primeiro item que trata das ferramentas de comunicação para o comitê que seria instituído e “Sim” para os demais itens dentro da questão, uma vez que se referem ao Órgão como um todo e não somente à existência de um comitê específico.

Perguntas 12 e 13: Sugestão de respostas validadas pelo Comitê.

Domínio: Governança e Gestão de TIC / Atendimento e Suporte ao usuário

Perguntas 14 e 15: Sugestão de respostas validadas pelo Comitê.

Domínio: Governança e Gestão de TIC / Pessoas

Perguntas 16 e 17: Sugestão de respostas validadas pelo Comitê.

Domínio: Gerenciamento de Serviços de TIC / Infraestrutura Tecnológica e Serviços em Nuvem

Perguntas 18, 19, 20 e 21: Sugestão de respostas validadas pelo Comitê.

Domínio: Gerenciamento de Serviços de TIC / Riscos, Segurança da Informação e Proteção de Dados

Perguntas 22, 23 e 24: Sugestão de respostas validadas pelo Comitê.

Pergunta 25: O Comitê solicitou a alteração da última resposta para Sim. A recomendação do Comitê é que as discussões acerca da necessidade de revisão sejam registradas em ata e que o ato seja periodicamente atualizado para refletir alterações pontuais.

Domínio: Gerenciamento de Serviços de TIC / Sistemas de Informação

Perguntas 26, 27 e 28: Sugestão de respostas validadas pelo Comitê.

Seção 2 - Dados Gerais do Órgão / Inovação e Inteligência Artificial

Inovação e Inteligência Artificial, Força de trabalho de TIC, Execução orçamentária e financeira de TIC, Aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC: Sugestão de respostas validadas pelo Comitê.

Sistemas de informação que sustentam a atividade precípua do Órgão: O Comitê anuiu à manutenção dos sistemas com a reordenação do SISCONDJ para próximo ao SIF2.

Sistemas de informação que sustentam a atividade administrativa do Órgão: O Comitê solicitou a retirada do SCMP e a inclusão do PJE Cor.

A SETIC encaminhará ao Comitê o documento final com as respostas validadas e aprovadas para resposta ao iGovTICJud 2021. O documento também será um anexo desta ata.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

2. Contratação de serviços de gerenciamento de dispositivos de microinformática

A SETIC realizou uma breve apresentação explicando a necessidade de uma contratação de serviços de gerenciamento de dispositivos de microinformática. Foram apresentadas as motivações, destacando que o quadro atual de servidores é insuficiente para atender de maneira adequada o parque, bem como o escopo, os benefícios e o custo do serviço. Foi solicitada autorização para inclusão no plano de contratações 2022.

O Comitê autoriza os estudos para realizar o investimento para 2022, desde que ocorra com o orçamento da própria TIC, com o adendo de que seja verificada a compatibilidade com a EC 95/16, no que se refere ao estabelecimento de novos contratos continuados.

3. Extrapauta:

3.1 Pedido de compartilhamento do sistema de sorteio dos plantões judiciais

A SETIC informou ao Comitê que o TRT da 11ª Região reitera o pedido enviado em agosto/2021 através do Ofício nº 553/2021/SGP, para utilização do sistema de sorteio dos plantões judiciais desenvolvido pelo TRT2. O pedido inclui compartilhamento do sistema e apoio técnico para sua implantação.

O Comitê foi contextualizado com a situação atual de que já houve uma reunião técnica-negocial com o TRT11 na qual a SETIC do TRT2 apresentou a forma de funcionamento do sistema. O assunto está sendo trazido para validar a cessão desse sistema, que foi desenvolvido ainda no ambiente antigo que rodava o SAP e depois foi portado para rodar numa tecnologia mais atual, o que torna sua manutenção difícil.

O Comitê anuiu à cessão do sistema, com a restrição de que a SETIC do TRT2 não fique responsável por realizar manutenções no sistema e assim evitar ter que priorizar tarefas para atender outro regional. O acordo que será realizado deve explicitar essa restrição.

3.2 Contratação de solução de colaboração

O documento emitido pela Assessoria Jurídica foi encaminhado para análise do Comitê. Não ocorrendo manifestações no prazo acordado, ficou convalidada a decisão do Comitê relativa ao entendimento de que não se trata de objeto que se encaixe em critério de processamento em nuvem, não se aplicando, portanto, o cenário de restrição ao armazenamento de dados somente em território nacional.

4. ENCERRAMENTO

A próxima reunião ordinária do Comitê ficou agendada para o dia 19/10/2021 às 16h.

São Paulo, 21/09/2021

5. ASSINATURA

DESEMBARGADORA MAGDA APARECIDA KERSUL DE BRITO

Seção 1 - iGovTIC-Jud 2021

Domínio: Governança e Gestão de TIC

Estruturas Organizacionais e Macroprocessos

Pergunta 01: A coordenação dos macroprocessos e as funções gerenciais de TIC são executadas por servidores do quadro permanente do Órgão e em regime de dedicação exclusiva?

Sobre a coordenação de macroprocessos de TIC. Ela é executada por:

Resposta:

Sobre as funções gerenciais de TIC. Elas são executadas por:

Resposta:

Pergunta 02: Os processos de planejamento orçamentário de TIC, de gerenciamento de projetos de TIC e de gerenciamento de contratos de TIC são formalmente instituídos como normas de cumprimentos obrigatório; são executados de acordo com o seu ato constitutivo; e revisados anualmente e aperfeiçoado quando necessário?

Sobre o Processo de Planejamento Orçamentário de TIC:

<input type="checkbox"/> Sim	É formalmente instituído.
<input type="checkbox"/> Sim	É executado conforme normativo.
<input type="checkbox"/> Sim	É revisado periodicamente.

Sobre o Processo de Gerenciamento de Projetos de TIC:

<input type="checkbox"/> Sim	É formalmente instituído.
<input type="checkbox"/> Sim	É executado conforme normativo.
<input type="checkbox"/> Sim	É revisado periodicamente.

Sobre o Processo de Gerenciamento de Contratos de TIC:

<input type="checkbox"/> Sim	É formalmente instituído.
<input type="checkbox"/> Sim	É executado conforme normativo.
<input type="checkbox"/> Sim	É revisado periodicamente.

Políticas e Planejamento

Pergunta 03: O Órgão elaborou, entregou e executa os Planos previstos na ENTIC-JUD?

Não entregou Planos.

Não	Entregou o Plano de Transformação Digital – PTD (Art. 15) e as ações estão sendo executadas.
Sim	Entregou o Plano Anual de Capacitações de TIC - (Art. 27) e as ações estão sendo executadas.
Sim	Entregou o Plano de Gestão de Continuidade de Negócios ou de Serviços - (Art. 36º) e as ações estão sendo executadas.
Não	Entregou o Plano de Gestão de Riscos de TIC - (Art. 37º) e as ações estão sendo executadas.
Sim	Entregou o Plano de Trabalho da ENTIC - (Art. 45) e as ações estão sendo executadas.

Pergunta 04: O Órgão possui Comitê de Governança de TIC instituído e atuante no acompanhamento de suas deliberações?

Resposta: Possui Comitê com acompanhamento Mensal.

Pergunta 05: O Órgão possui Comitê de Gestão de TIC instituído e atuante no acompanhamento de suas deliberações?

Resposta: Possui Comitê com acompanhamento quinzenal.

Pergunta 06: O Órgão possui PDTIC vigente e possui sua execução monitorada sistematicamente?

Resposta: Possui PDTIC Vigente com monitoramento bimestral.

Pergunta 07: Os artefatos de contratações do Plano vigente, desde que não tenham sido considerados sigilosos, são disponibilizados em local de fácil acesso no portal do Órgão, na internet, e no Repositório Nacional?

Sobre os artefatos do Plano de Contratações Vigente:

No Portal do Tribunal

Resposta: Disponibiliza entre 89% e 100% dos artefatos no Portal do Tribunal.

No Repositório Nacional.

Resposta: Não disponibiliza artefatos no Repositório Nacional.

Transformação Digital

Pergunta 08: Sobre o Plano de Transformação Digital (PTD):

Não	O Órgão instituiu seu Plano de Transformação Digital.
Não	O PTD é executado.
Não	O PTD é revisado periodicamente.
Não	A área de TIC contribui na concepção e nas revisões do Plano de Transformação Digital.
Não	O PTD contém ações de transformação digital de serviços.
Não	O PTD contém ações de integração de canais digitais.
Não	O PTD contém ações de interoperabilidade de sistemas.
Não	O PTD contém ações de estratégia de monitoramento.

Pergunta 09: Em relação a Transformação Digital, as seguintes ações são realizadas?

Sim	Padronização das tabelas unificadas.
Não	Criação de padrões de dados mínimos para o atendimento da LGPD.
Sim	Utilização de padrões de assinaturas digitais.

Pergunta 10: Dentro dos serviços oferecidos para a sociedade, quantos são disponibilizados de forma digital?

Resposta: Entre 95% e 100% dos serviços possuem uma alternativa digital.

Pergunta 11: Sobre a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br) (Res. CNJ nº 335/2020 e Port. CNJ nº 252/2020):

Resposta: Não existem ações para instituir o Comitê.

Não	O Comitê possui ferramenta de comunicação própria (e-mail, aplicativo, Teams).
Sim	O Órgão desenvolveu nova funcionalidade em seus sistemas legados desde a aprovação da Resolução 335/2020.
Sim	O Órgão possui planejamento para integração de todos os seus sistemas judiciais à PDPJ-Br.
Sim	As soluções do Órgão a serem integradas à PDPJ-Br atendem as condições do artigo 2 da Portaria CNJ nº 252/2020.

Pergunta 12: Sobre a "Justiça 4.0":

Sim	O Órgão implementou o "Juízo 100% Digital"?
Sim	O Órgão implementou o "Balcão Virtual"?
Sim	O Órgão implementou o "Núcleo de Justiça 4.0"?

Pergunta 13: Existem ações para implementar os modelos de inteligência artificial (IA) (Resolução CNJ nº 332/2020)?

Não	O Órgão conta com soluções ou modelos de IA.
Sim	Existem iniciativas para desenvolver modelos de IA.
Sim	A alta administração atua para incentivar na concepção de iniciativas de IA.
Não	O Órgão utiliza a plataforma de Inteligência Artificial do Poder Judiciário Nacional (Sinapses) com o objetivo de armazenar, testar, treinar, distribuir e auditar modelos de Inteligência Artificial? (Resolução CNJ nº 332/2020.)
Não	O Órgão deposita os modelos de Inteligência Artificial desenvolvidos no Sinapses? (Resolução CNJ nº 332/2020)
Não	O Órgão possui processos para assegurar a realização de estudos, pesquisas, ensino e treinamentos de Inteligência Artificial livre de preconceitos. (Resolução CNJ 332/2020)

Atendimento e Suporte ao Usuário

Pergunta 14: Sobre o funcionamento da Central de Serviços de TIC:

Sim	As atividades são executadas de acordo com o seu ato constitutivo.
Sim	Possui software de gestão de atendimento atualizado.
Sim	É realizada capacitação periódica dos atendentes.
Sim	Possui FAQs atualizadas.
Sim	Pelo menos 95% dos atendimentos são realizados dentro do SLA ou ANO acordados.

Pergunta 15: Sobre a Central de Atendimento aos Usuário de Soluções de TIC. Ela foi reconhecida, no ciclo do ano anterior, por excelência na prestação de seus serviços. Só serão contabilizados os valores Ótimo e Bom.

Resposta:

Pessoas

Pergunta 16: Sobre os servidores gestores e técnicos:

Não	Existem critérios objetivos formalmente instituídos para a escolha de líderes ocupantes de funções de coordenação e de gerência na área de TIC.
Não	São definidas formalmente metas específicas para os gestores e técnicos de TIC.
Sim	Há revisão anual e aperfeiçoamento, quando necessário, dos critérios de desempenho exigidos aos servidores lotados na área de TIC.
Sim	Há revisão anual e aperfeiçoamento, quando necessário, das competências técnicas e gerenciais definidas para as unidades que compõem a área de TIC.

Pergunta 17: Sobre os servidores da área de TIC:

Não	O Órgão possui quadro permanente de servidores de TIC compatível com a demanda, com o referencial mínimo estabelecido no Guia Estratégico de TIC do Poder Judiciário.
Não	O Órgão busca implementar instrumentos de reconhecimento e valorização dos servidores da área de TIC, propiciando oportunidades de crescimento profissional e a retenção de talentos.
Sim	O Órgão realiza análise de rotatividade com o objetivo de reduzir a evasão de servidores de TIC do quadro permanente.

Domínio: Gerenciamento de Serviços de TIC

Infraestrutura Tecnológica e Serviços em Nuvem

Pergunta 18: Sobre a infraestrutura de TIC:

Sim	São disponibilizados links de comunicação entre as unidades e o Órgão suficientes para suportar o tráfego de dados e garantir a disponibilidade com comprometimento máximo de 80% da capacidade total dos links.
-----	--

Sim	São disponibilizados links de internet redundantes para o Órgão, com operadoras distintas, com comprometimento máximo de 80% da capacidade total dos links.
Sim	É disponibilizada solução de armazenamento de dados e respectivos softwares de gerência, em que a capacidade líquida não ultrapasse 80% do limite máximo de armazenamento.
Sim	É disponibilizado equipamentos aos servidores com comprometimento médio de até 80% de sua capacidade máxima, e em número adequado para garantir disponibilidade em caso de falha dos equipamentos.
Sim	É disponibilizada solução de backup com capacidade suficiente para garantir a salvaguarda das informações digitais armazenadas. Existe cópia do backup em local distinto do local primário do Órgão, de modo a prover redundância e atender à continuidade do negócio em caso de desastre.
Sim	É disponibilizado ambiente de Data Center com os requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade estabelecidos em normas nacionais e internacionais.
Sim	Existe réplica do Data Center em local seguro em prédio distinto do Data Center Principal.

Pergunta 19: Sobre o provedor de serviços em nuvem:

Não	Provê serviços de autoscaling, permitindo que as soluções tenham acesso automático a maior quantidade de recursos computacionais, em função da demanda.
Não	Os serviços prestados são portáteis para outros provedores, sem possibilidade de aprisionamento (lock-in), salvo quando justificável tecnicamente e autorizados formalmente pelo Órgão.
Não	O nível mínimo de serviço de disponibilidade das instâncias é igual ou superior a 99,741% para cada período de 1 mês.
Não	O serviço em nuvem permite a construção e execução de containers, como o Docker.
Não	O serviço de balanceamento de carga em nuvem é escalável, permite a realização de health check, fornece failover automático, permite o direcionamento do tráfego para o ponto de extremidade com a menor latência de rede para o usuário.
Não	O Órgão possui um ou mais profissionais, servidores ou terceirizados, capacitados para realizar a análise e definição dos cenários apropriados, execução dos procedimentos de configuração, migração/implantação, testes, colocação em produção e acompanhamento/monitoramento do serviço em produção.
Não	As aplicações do Órgão provisionadas em nuvem possuem Matrizes de Riscos e Planos de Saída criados e atualizados.
Não	O serviço de Web Application Firewall em nuvem fornece proteção sem modificar o código de back-end, fornece monitoramento das aplicações web contra-ataques usando um log em tempo real, permite a personalização de regras.
Não	O serviço de backup em nuvem permite alocar e gerenciar automaticamente o armazenamento de backup, permite a transmissão segura e o armazenamento dos dados criptografados, permite transferência de dados ilimitada, tanto para backup quanto para restore, fornece sistema de alertas para falhas no processo de backup, ou consistência dos arquivos, os dados são persistidos com redundância de cópias dos dados em equipamentos de hardware diferentes.
Não	O serviço de auditoria e análise de logs em nuvem, permite a construção de consultas para analisar os dados coletados, permite o armazenamento dos logs por períodos superiores a 1 ano.

Pergunta 20: Sobre a prestação de serviços em nuvem:

Não	O Órgão conta com plataforma de serviços em nuvem.
Não	Atende os requisitos de segurança da informação alinhados com as diretrizes do CNJ.
Não	Conta com proteção de dados alinhados com as diretrizes do CNJ.
Não	Conta com ações para migrar serviços antigos para serviços em nuvem.
Não	Conta com ações para que novos serviços já sejam iniciados como serviços em nuvem.

Pergunta 21: Sobre o gerenciamento de serviços de TIC, quais foram implementados, são executados, monitorados e revisados?

Sim	O processo de gerenciamento de ativos de TIC.
Não	O processo de gerenciamento de capacidade de TIC.
Sim	O processo de gerenciamento de disponibilidade de TIC.
Sim	O processo de gerenciamento de incidentes de TIC.
Sim	O processo de gerenciamento de liberação e implantação de TIC.
Sim	O processo de gerenciamento de mudanças de TIC.
Não	O processo de gerenciamento de problemas de TIC.
Sim	O processo de gerenciamento de requisições de TIC.

Riscos, Segurança da Informação e Proteção de Dados

Pergunta 22: Sobre o Comitê de Segurança da Informação do Órgão (Resolução CNJ nº 396/2021):

Resposta:

Pergunta 23: Sobre o nível da Segurança da Infraestrutura Crítica e da Governança da Segurança da Informação, protocolos e manuais instituídos pela Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) (Resolução CNJ nº 396/2021):

Item 1: Sobre o nível da Segurança da Infraestrutura Crítica e da Governança da Segurança da Informação:

Sim	Existem ações para implementar, elevar e manter o nível de segurança das infraestruturas críticas e especialmente os itens dispostos no Artigo 11.
Sim	Existem ações para realizar a governança da segurança da informação e especialmente os itens dispostos no Artigo 19.

Item 2: O Órgão implementou os protocolos e/ou criou planos de ação para implementar os manuais publicados como anexos da Portaria CNJ nº 162/2021:

Não	O Órgão implementou o Protocolo de Prevenção de Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PPINC-PJ).
Não	O Órgão implementou o Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas do Poder Judiciário (PGCRC-PJ).
Não	O Órgão implementou o Protocolo de Investigação de Ilícitos Cibernéticos do Poder Judiciário (PIILC-PJ).
Sim	O Órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Proteção de Infraestruturas Críticas de TIC.
Não	O Órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Prevenção e Mitigação de Ameaças Cibernéticas e Confiança Digital.
Sim	O Órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Gestão de Identidades.
Não	O Órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Política de Educação e Cultura em Segurança Cibernética do Poder Judiciário (PECSC-PJ).

Pergunta 24: Sobre o Plano de Gestão de Riscos de TIC:

Não	É formalmente instituído.
Não	Os processos foram definidos.

Não	É executado.
Não	É revisado periodicamente.

Pergunta 25: Sobre a Política de Segurança da Informação (PSI):

Sim	É formalmente instituída.
Sim	É executada.
Sim	É revisado periodicamente.

Sistemas de Informação

Pergunta 26: O Órgão conta com ações para adequar os seus sistemas de informação, aos padrões de interoperabilidade estabelecidos pelo CNJ.

Resposta: Os padrões são utilizados em 90% a 100% das integrações entre sistemas nos processos judiciais.

Pergunta 27: Sobre o processo de desenvolvimento e sustentação de sistemas:

Sim	Existe um processo formalmente instituído.
Sim	O processo é revisado periodicamente.
Sim	As equipes de projeto estão capacitadas no processo de desenvolvimento e sustentação.
Sim	Os projetos de desenvolvimento estão aderentes ao processo de desenvolvimento e sustentação.

Pergunta 28: Sobre as soluções de TIC:

Sim	O Órgão possui um catálogo (portfólio) de soluções de TIC formalmente instituído.
Sim	Existe normativo que define papéis e responsabilidades no ciclo de vida das soluções de TIC.
Sim	A área negocial é responsável por receber, avaliar e priorizar as demandas referentes ao negócio de uma solução de TIC.

Seção 2 - Dados Gerais do Órgão

Inovação e Inteligência Artificial

- Pergunta 1** O órgão utiliza a ferramenta CODEX?
- Pergunta 2** O CODEX está coletando dados processuais de todos os sistemas processuais?
- Pergunta 3** Há profissionais com conhecimento negocial do CODEX?
- Pergunta 4** Há profissionais com conhecimento técnico do CODEX?

Resposta
Não
Não
Sim
Sim

Pergunta 5	Há profissionais com conhecimento técnico na plataforma Sinapses?	Sim
Pergunta 6	O Órgão possui unidade que utiliza a plataforma Sinapses nas suas atividades diárias?	Não
Pergunta 7	Quantos modelos de IA foram testados na plataforma Sinapses no período de agosto de 2020 até agosto de 2021?	-

Força de Trabalho de TIC

		Resposta
Pergunta 8	Quantitativo de cargos de TIC do quadro permanente do Órgão.	138
Pergunta 9	Quantitativo de cargos necessários de TIC do quadro permanente do órgão, segundo o Guia da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).	163
Pergunta 10	Quantitativo de cargos de TIC ocupados por servidores de TIC no quadro permanente do Órgão.	135
Pergunta 11	Quantitativo de cargos de TIC vagos do quadro permanente do Órgão.	3
Pergunta 12	Total de usuários internos que fazem uso dos recursos de TIC (TUInt), segundo o Guia da ENTIC-JUD.	9.016
Pergunta 13	Total de advogados, defensores ou procuradores registrados nas bases de dados de cada Tribunal. (TUExt), segundo o Guia da ENTIC-JUD.	113.423
Pergunta 14	Total de Usuários de Recursos de TIC (TURTIC), segundo o Guia da ENTIC-JUD.	20.358

Execução orçamentária e financeira de TIC.

		Resposta
Pergunta 15	Valor total do orçamento de TIC aprovado (disponibilizado em conta para o exercício) para o órgão.	15.254.240,37
Pergunta 16	Valor total do orçamento de custeio de TIC aprovado (disponibilizado em conta para o exercício) para o órgão em custeio.	11.781.946,45
Pergunta 17	Valor total do orçamento de TIC aprovado (disponibilizado em conta para o exercício) para o órgão em investimento.	3.472.293,92
Pergunta 18	Valor total do orçamento de TIC executado (pago) pelo órgão em custeio.	10.288.690,42
Pergunta 19	Valor total do orçamento de TIC executado (pago) pelo órgão em investimento.	3.192.892,68
Pergunta 20	Valor total do orçamento de TIC inscrito pelo órgão em restos a pagar.	1.588.588,44
Pergunta 21	Valor total do orçamento para "segurança cibernética e da informação", conforme dispõe a Resolução 396/2021.	2.135.681,51

Aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC.

		Resposta
Pergunta 22	Quantitativo de contratos assinados/prorrogados ou notas de empenho emitidas de aquisições de bens e de serviços de TIC.	42

Pergunta 23 Quantitativo de contratos assinados ou notas de empenho emitidas de aquisições de bens de TIC.

11

Pergunta 24 Quantitativo de contratos assinados/prorrogados para prestação de serviços de TIC.

31

Sistemas de informação que sustentam a atividade precípua do Órgão.

Pergunta 25 Relacione os sistemas judiciais (sistema de processamento de informações e prática de atos processuais) utilizados atualmente pelo órgão e informe se foram adquiridos ou desenvolvidos interna ou externamente:

Nome do Sistema	Adquirido / Desenvolvido
Processo Judicial Eletrônico – Pje	Desenvolvido externamente pelo órgão
AUD PJe (Sistema de Audiências)	Desenvolvido externamente pelo órgão
Pje Calc (Sistema de Cálculo Trabalhistas)	Desenvolvido externamente pelo órgão
SISCONDJ (Sistema de Controle de Depósitos Judiciais)	Desenvolvido externamente pelo órgão
SIF2 Sistema integrado Financeiro (Administração das Contas Judiciais)	Desenvolvido externamente pelo órgão

Sistemas de informação que sustentam a atividade administrativa do Órgão.

Pergunta 26 Relacione os sistemas administrativos utilizados atualmente pelo Órgão e informe se foram adquiridos ou desenvolvidos interna ou externamente:

Nome do Sistema	Adquirido / Desenvolvido
SIGEP (Sistema Integrado de Gestão de Pessoas)	Desenvolvido externamente pelo órgão
SIGEO (Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira)	Desenvolvido externamente pelo órgão
PROAD-OUV (Sistema de Processo Administrativo Virtual e Ouvidoria)	Desenvolvido externamente pelo órgão
SILC (Sistema Integrado de Licitações e Contratos)	Desenvolvido externamente pelo órgão
PjeCOR	Desenvolvido externamente pelo órgão